

## **Televisão: a emergência de uma aristocracia burocrática – mais controle: o Estado contra a Nação**

*Aquele que controla o passado, controla o futuro. Aquele que controla o presente, controla o passado.*

*George Orwell (1984)*

Essa espécie de *low cost* mental tem uma das suas origens na televisão. Nela, o sistema de varredura dos tubos catódicos substituiu o movimento sacádico ocular, que é fundamental para a percepção da forma. Assim, a tela da televisão se tornou numa espécie de prótese sensorial, passando a ser responsável por uma função que

era antes exercida pelos olhos. Ficamos livres para outros sentidos e, hipnotizados, mergulhamos através das sendas televisivas.

Mas, a informação sobre a tela é *fria*, exigindo uma permanente atuação da nossa imaginação para o preenchimento de *pontos vazios*. Ao contrário do que acontece com a literatura, aquilo que *preenchemos* ao olharmos a tela da televisão está na sua superfície. Não são vazios de idéias, mas sim vazios de imagem sobre uma tela plana, bidimensional.

Por isso, a televisão é um meio superficial por excelência. Comparativamente ao livro, por exemplo, pouco é memorizado na televisão. Assim, a televisão produziu uma geração superficial voltada para o entretenimento contínuo.

O que preenchemos com as nossas memórias no vazio da tela da televisivo é pura superfície.

No livro, a imaginação deve preencher



Uma pesquisa realizada na Suíça em 2005 mostrou que 80% das pessoas consideravam a televisão como a melhor forma de entretenimento, seguida de perto pela rádio com cerca de 70% das preferências. Somente cerca de 18% das pessoas consideraram a leitura como entretenimento preferido.

Em 2004, o tempo médio gasto por dia, por cada pessoa, à frente da televisão era de cerca de três horas na Suíça, e cerca de quatro horas e meia nos Estados Unidos! Isso significa mais de dois meses por ano olhando ininterruptamente para a tela da televisão, vinte e quatro horas por dia!

Um estudo realizado em 2005 pela Universidade de Indiana mostrou que, nos Estados Unidos, uma pessoa passava em média nove horas por dia diante da televisão, utilizando a Internet ou falando ao telefone.

Na China, uma notícia de agosto de 2009, dava conta que um rapaz tinha sido espancado

até a morte num acampamento para viciados em Internet. Soube-se, então, que o governo chinês criara “clínicas de recuperação para viciados na Internet”, onde até mesmo terapias de eletrochoque eram utilizadas – proibidas somente em julho de 2009.

A notícia, da *Associated Press*, dava conta que «o Congresso Nacional do Povo da China estima que 10% dos usuários de Internet com menos de dezoito anos sejam viciados. Psicólogos chineses dizem que os sintomas da doença incluem a permanência *online* por mais de seis horas por dia e irritação, quando não se consegue conexão com a rede».

Curiosamente, a revolução dos computadores pessoais emergiu com a figura de um complexo burocrático virtual, revelando-se um instrumento de distribuição de informação num mundosuperficial, desqualificado, desdiferenciado, voltado para o entretenimento.

A burocracia inaugurou ainda uma nova espécie de aristocracia política – onde os seus atores são legalmente protegidos, muitas vezes intocáveis, livres até mesmo de qualquer possibilidade de serem julgados por atos de incompetência, malversação do erário público ou até mesmo de roubo.

No início do século XXI, a maioria dos países, os sistemas democráticos estavam formalizados no princípio representativo e não na democracia direta. Uma vez eleitos, os políticos se tornavam livres para adotar um vasto leque de medidas, mesmo que fossem contrárias ao que tinham prometido ou ao interesse das populações – afinal, eles tinham sido eleitos.

Em muitos casos, os eleitores nem mesmo votavam diretamente nos seus representantes, mas sim num partido político – que, mais tarde, deveria designar aqueles que assumiriam efetivamente cargos públicos segundo regras burocráticas e de poder. De grupos de identidade

ideológica, a grande maioria dos partidos políticos se transformou em organizações burocráticas de caráter aristocrático, profundamente sectário.

Então, seguramente, o único país do mundo cujo governo se encontrava mais próximo dos ideais da democracia direta era a Suíça. Todos os outros eram dominados por aristocracias burocráticas autoritárias e ditatoriais.

O mais curioso é que esse fato não era, aparentemente, percebido pelas populações dos outros países, que aceitavam de bom grado a imposição muitas vezes ditatorial todo o tipo de leis e regulações, parecendo acreditar que aqueles que controlavam o país estavam melhor preparados!

A nova aristocracia burocrática – ela mesma constituída por uma grande quantidade de pequenos ditadores, isoladamente com baixo poder – exigiu um permanente aumento de custos por parte do Estado, que geralmente passou a

ser justificado pelas mais variadas modalidades de benefícios sociais inexistentes e de segurança, muitas vezes com o argumento de proteger até mesmo a integridade física do cidadão comum.

Em vinte de abril de 2008, o *New York Times* revelava como, entre 2002 e aquele ano, o Pentágono tinha infiltrado agentes nos principais canais de televisão do país, com o declarado objetivo de influenciar e dirigir informação favorável à administração de George W. Bush, constituindo uma espécie de censura.

Assim, como definiu Noreena Hertz, autora do *bestseller The Silent Takeover*, «o Estado político se tornou no Estado corporação».

Desde a segurança para além da criminalidade urbana, tal como aconteceu com a chamada luta contra o terrorismo, até uma espécie de segurança na prevenção de erros de edificação em relação aos Planos Diretores Urbanísticos, ou mesmo a segurança no trabalho – tudo passou a



ser assegurado por um sem número de exigências burocráticas de carácter preventivo e policial.

Esse carácter policial passou a designar intervenções armadas internacionais – fazendo com que os Estados Unidos, que até então tinham assumido a posição de tradicionais guardiões do *Estado de Direito* após a Segunda Guerra Mundial abandonassem aquela missão em nome de ataques preventivos, tal como foi a segunda Guerra do Iraque no início do século XXI.

E *preventivos* foi a expressão utilizada por Adolf Hitler para designar os ataques contra Londres, no início da Segunda Guerra Mundial.

Numa outra escala, esse princípio passou a guiar a atenção de cada um para com a sua própria saúde, levando as pessoas ao consumo de uma grande quantidade de exames médicos, vitaminas e todo o tipo de tratamento, pois a *prevenção* implica uma questão de *segurança* – e o corpo passou a estar submetido a um perigo constante.

Daí os hospitais terem se tornado verdadeiros centros comerciais e de lazer, tal como os aeroportos, estações ferroviárias, museus e assim por diante.

Gradualmente, o Estado se transformou numa entidade policial, supervisionando tudo e todos, fazendo até mesmo com que tenha deixado de ser chocante face à opinião pública uma aproximação de políticos ocidentais a antigos sistemas ditatoriais como a China, onde até ao início do século XXI simplesmente não existia liberdade de pensamento ou de expressão.

Esse grande crescimento do Estado, o seu novo carácter fortemente policial e a desigualdade em termos fiscais – praticamente libertando de impostos as grandes empresas e as grandes fortunas – gerou um contínuo aumento tributário que, novamente, afetou mais especialmente a antiga *classe média*.

Paradoxalmente, o aumento do Estado e dos seus custos parece ter sido diretamente proporcional ao seu descrédito.

Se, antes, uma figura política era largamente admirada por praticamente todos os setores da população, reconhecendo nela um centro de poder, no início do século XXI ela passou a contar com uma crescente aversão por parte daqueles mesmos setores, principalmente entre a população mais jovem.

Em 1964, segundo o *American National Election Studies*, mais de 70% dos americanos acreditava que o governo se dedicava exclusivamente aos interesses dos cidadãos. No ano 2000, 60% das pessoas nos Estados Unidos acreditava que o governo era manipulado por grandes grupos econômicos.

Em Portugal, no ano de 2008, uma pesquisa de opinião pública realizada pela Universidade Católica Portuguesa mostrou que cerca de 70% da

população jovem tinha pouco ou nenhum interesse na política, algo que não era muito diferente em outros países.

Nas eleições gerais de 2001 na Grã Bretanha, votaram apenas 59% dos eleitores cadastrados – o menor percentual desde a Primeira Guerra Mundial.

Nas eleições do Parlamento Europeu em 1999, menos de 50% das pessoas exerceram o seu direito de voto – num universo de quase trezentos milhões de cidadãos.

Numa pesquisa de 1996 sobre a confiança pública nos Estados Unidos sobre biotecnologia apenas 7,8% das pessoas disse acreditar no governo e somente 1,6% nas informações provenientes do setor industrial.

De acordo com Noreena Hertz, «Samuel Cohen, pesquisador da Universidade do Nebraska sobre sacarina, cujas descobertas suportaram

fortemente o governo dos Estados Unidos como justificação para as suas decisões retirando a sacarina da lista de químicos causadores de câncer, descobriu-se ter sido parcialmente patrocinado por um grupo industrial que tem entre os seus membros a *Cumberland Packing*, responsável pelos produtos de sacarina *Sweet'n Low*. A *Exxon Mobil* providenciou o financiamento para cientistas de ponta que argumentam existir insuficientes evidências para um fator humano na mudança climática. (...) Isto é particularmente preocupante dado que George W. Bush parece ter usado aquelas pesquisas para justificar a sua rejeição ao Tratado de Quioto, argumentando que as pesquisas científicas sobre aquecimento global ainda 'não podiam ser determinadas'. E o czar da regulação no governo Bush, John Graham, solicitou vinte e cinco mil dólares em fundos da *Philip Morris* ao mesmo tempo em que verificava um estudo que concluía não existir riscos de saúde para fumadores passivos».

Na Itália, a legitimidade do papel do



*California, ou Esso Standard.*

No seu livro *Supercapitalismo*, Robert Reich dizia que «hoje em dia, grande parte dos cidadãos acredita que a política serve apenas aos interesses de poucos grandes grupos que estão interessados apenas em si próprios».

No quadro da antiga classe média, as desigualdades sociais eram compensadas, pelo menos potencialmente, pela aspiração e esperança fundamentadas no emprego de longo termo, pela estruturação de famílias estáveis e pelo desenvolvimento de uma única e bem sucedida profissão ao longo da vida.

Na sociedade *low power*, em muito desenhada pelos sistemas virtuais e pelos produtos e serviços *low cost*, a imprevisibilidade aumentou exponencialmente, as famílias tenderam ao desaparecimento, assim como o emprego seguro de longo termo, e o Estado passou a assumir, pelo menos figurativamente e no discurso político, a





da população do país. Mais de quinhentas mil famílias eram objeto de ações legais nos tribunais, por não pagamento de dívidas.

Nos Estados Unidos, entre 1993 e 2004, o débito dos consumidores – que inclui cartões de crédito, empréstimos, financiamentos de todo o tipo – foi multiplicado por dois mil e quinhentos, chegando a equivaler a cerca de 3% da economia mundial!

No mundo antigo, a escravidão representava, para os seus senhores, um hábil recurso de concentração energética, gerando sociedades do luxo e do prazer.

Na sociedade *low power*, todos se tornaram simultaneamente escravos e consumidores de luxo e prazer.

Mas, ainda pior, de acordo com Loretta Napoleoni, «quase qualquer produto que consumimos tem escondido uma história suja,

do trabalho escravo à pirataria, da contrafação à fraude, do roubo à lavagem de dinheiro». De acordo com as Nações Unidas eram estimados, na primeira década do século XXI, existirem mais de vinte e sete milhões de verdadeiros escravos no mundo – até mesmo na Europa e nos Estados Unidos.

Os ideais da liberdade, que eram defendidos pela antiga classe média, foram substituídos pela aspiração ao consumo contínuo, que é narcisista e entorpecente. As antigas idéias relacionadas à liberdade foram gradualmente se desintegrando.

No início do século XXI, nas sociedades *low power*, todas as pessoas, sem exceção, já nasciam com dívidas na forma de impostos nas suas mais diferentes naturezas, que iam desde ao registro obrigatório de nascimento, aos impostos diretos sobre consumo. Dívidas que eram, inicialmente, responsabilidade dos pais que mais tarde as transferiam automática e compulsoriamente para os filhos. Assim, não existia sequer a possibilidade

de uma pessoa existir livre de impostos – um fenômeno inédito pela sua abrangência total.

Por essa via, acabou a liberdade em termos fiscais: todos passaram a nascer obrigatoriamente devedores ao Estado.

Mas, a liberdade individual conheceu outras transformações.

Fundamentado na obsessiva aspiração à *segurança* – coletiva, individual, do corpo, dos bens e até mesmo do conhecimento – todo o tipo de proibição passou a ser imposto, sem encontrar qualquer reação por parte das pessoas.

Tornou-se aquilo que o genial Georg Simmel dizia da emergência de uma “sociedade de estranhos”.

A palavra *segurança* surgiu da fusão das partículas latinas *se* e *cura*, significando *sem cuidado, sem atenção, abandonado*. Seria apenas

no ano de 1582, em inglês, após mais de um século de intensificação do uso da visão e literatura, que – numa aparente inversão – a palavra passaria a indicar a idéia de *algo fora de perigo*. Assim, passou a significar algo que não necessita de atenção ou cuidado, pois já está protegido, em *segurança*.

Gradualmente, com a aproximação do século XX, *segurança* passou a significar controle permanente. Dessa forma, no início do século XXI, algo em segurança passou a indicar a idéia de algo permanentemente vigiado, controlado e, portanto, sempre potencialmente em perigo.

Para existir segurança, o perigo se tornou imprescindível.

Em nome da segurança, as pessoas passaram a estar proibidas de iniciar um negócio ou exercer qualquer atividade comercial sem estar preventiva e permanentemente controladas pelo Estado através de múltiplas declarações, documentos, impostos ou nada simpáticas visitas de fiscais.

Passou a ser proibido publicar um jornal ou revista que não estivesse submetido à vigilância e responsabilidade de um jornalista que, por sua vez, era controlado por uma entidade de classe.

As proibições passaram a se estender nas mais diversas direções, tal como a interdição de exercer a advocacia sem permissão expressa do Estado e de entidades de classe, interdição de exercer medicina sem estar preventivamente controlado pela burocracia e assim por diante.

A idéia de que cada pessoa deve ser livre e responsável pelo seu próprio destino passou a ser encarada como uma aberração por vezes relacionada a antigas ideologias totalitárias!

Mesmo a solicitação de exames de saúde passou a estar condicionada pela autorização de um médico. As pessoas deixaram de ser livres até mesmo para conhecer livremente os seus corpos.





conjunto de regras e normas, cujo objetivo primeiro era de exercer o controle sobre tudo.

Por essa via, passou a emergir, um pouco por todo o lado, uma grande quantidade de *empresas de certificação técnica*, cuja única função é preencher centenas de formulários para obtenção das necessárias autorizações governamentais.

A antiga divisão social em claras e visuais *classes* foi rapidamente substituída por uma gigantesca massa de consumidores sem perfil definido e sem ideologia.

Não apenas, numa sociedade extremamente volátil, a aspiração ao controle total por parte do Estado surgiu como uma espécie de reação de equilíbrio num sistema dissipativo. Assim, muitas vezes contando com argumentos fundamentados na luta contra o terrorismo, o Estado passou a invadir vorazmente todas as esferas de privacidade, interceptando livremente ligações telefônicas, abrindo cartas e desviando mensagens eletrônicas



entre outros recursos, sem contar com qualquer oposição significativa por parte da população, que parecia estar permanentemente sedada pelo consumo.

Em 2008, projeções conservadoras estimavam a presença de mais de quarenta mil ciberpoliciais atuando continuamente na China, checando permanentemente comunicações privadas na Internet.

Naquele ano, o governo chinês passou a exigir de todos fabricantes de computadores a instalação prévia de um programa de censura, bloqueando automaticamente o acesso a determinados *sites*. A aplicação recebeu o nome – em tradução livre – de *Barreira Verde – Escolta da Juventude*. Em agosto de 2009, sob alguma pressão dos Estados Unidos e da Organização Mundial do Comércio, a China retirou essa exigência, mas apenas para computadores de uso privado e num momento em que vários fabricantes já incorporavam aquele programa.

O complexo sistema de censura chinês, conhecido como a *Grande Cibernuralha* ou a *Grande Muralha de Fogo*, permitia bloquear o acesso a diversos *sites*, identificar *emails*, discussões, fóruns e blogues que utilizassem palavras ou expressões que pudessem indicar temas proibidos pelas autoridades.

Várias empresas, como a *Google*, a *Yahoo* ou a *Microsoft* entre outras, incorporaram sistemas de censura como condição imposta pelo governo de Pequim para poder operar na China.

Ainda em 2008, o sinólogo Jean-Luc Domenach, em entrevista a Nicolas Arpegian, denunciava o fato do governo chinês dispor de equipes dedicadas ao *grampo* telefônico, em particular sobre estrangeiros que habitam os quarteirões das embaixadas ou que tenham certos números de telefone.

Muitas pessoas chegaram até mesmo a

esquecer de quando, poucos anos antes, abrir uma correspondência estranha era crime definido em lei!

Em novembro de 2009, o discurso do presidente Barack Obama, no seu primeiro dia de visita à China, foi censurado pelas autoridades, porque falava sobre a importância da liberdade! Mesmo aqueles que estiveram presentes na sala onde aconteceu o discurso do presidente americano foram rigorosamente selecionados pelo governo chinês.

Dois dias antes do Natal de 2009, o governo brasileiro publicou o texto do terceiro *Plano Nacional de Desenvolvimento Humano*, que previa o controle social dos meios de comunicação, estabelecendo oficialmente a censura. As reações foram grandes e o presidente Lula da Silva foi forçado a rever o documento. Mas, então, o jornal *O Estado de São Paulo*, um dos maiores do mundo, já se encontrava sob censura há vários meses.

Nos últimos dias de novembro de 2009, o Parlamento Europeu passou a autorizar a suspensão do acesso à Internet sem que fosse necessária uma ordem judicial.

Seguramente, o melhor exemplo para essa nova condição de vigilância e controle total seja o *Echelon*.

Criado pela *National Security Agency* dos Estados Unidos e operado em parceria com o GCHQ *Government Communications Head Quarters* da Inglaterra, o CSE *Communications Security Establishment* do Canadá, o DSD *Australian Defense Security Directorate*, e o GCSB *General Communications Security Bureau* da Nova Zelândia – articulados sob um acordo secreto estabelecido entre os Estados Unidos e a Grã Bretanha em 1948, cujos termos permaneciam secretos até ao início do século XXI – o *Echelon* é um poderoso sistema de espionagem global capaz de capturar e analisar em alta velocidade virtualmente todas as conexões telefônicas, de telefax e mensagens

eletrônicas em qualquer parte do planeta.

Esse sistema de espionagem, formando uma rede de varredura estabelecida entre satélites, postos terrestres e navios, intercepta praticamente todas as comunicações via satélite, através de microondas, telefonia celular ou transmitidos em cabos de fibra óptica. Todo esse imenso conjunto de comunicação é processado no centro de super computadores da *National Security Agency*.

O processamento de informação pela NSA inclui até mesmo sistemas avançados de reconhecimento de voz e de reconhecimento de caracteres ópticos.

A Quarta Emenda da Constituição dos Estados Unidos, ratificada em 1791, diz que «o direito das pessoas à segurança pessoal, das suas casas, papéis, e efeitos, contra despropositadas buscas ou confiscos, não poderá ser violado...». A questão é saber o que é “despropositado” num universo onde os propósitos são múltiplos e, por

vezes, contraditórios.

Uma das constantes críticas que eram feitas ao uso do *Echelon* – para além da sua flagrante ofensa aos antigos direitos de privacidade – é que, ao que tudo indica, ele não era utilizado apenas para a identificação de grupos terroristas, mas também como instrumento de espionagem industrial e comercial – beneficiando grandes conglomerados de empresas em prejuízo de pequenos e novos grupos.

Em 1985, sob a propaganda de ser um princípio de livres fronteiras, foi criado pelos países europeus um sistema semelhante ao *Echelon*: *Schengen*, que leva o mesmo nome da cidade do Luxemburgo onde o projeto foi lançado.

Inicialmente, *Schengen* foi anunciado como um acordo de liberação de fronteiras, com o objetivo de reconhecimento mútuo de vistos e de reforço das relações multilaterais.

Mas, em 1999 o *Tratado de Schengen* se transformou num sistema de registro e vigilância de grandes conjuntos populacionais, incorporando a Noruega e a Islândia, estendendo-se, assim, do pólo Ártico ao Mediterrâneo.

Em princípio, diferentemente da forma operacional do *Echelon*, que intercepta continuamente praticamente todo o tipo de comunicação eletrônica, *Schengen* arquiva, trata e classifica um grande conjunto de dados pessoais.

Assim, a tendência de alargamento de grandes grupos de empresas e de uma gigantesca massa de consumidores *low cost* – permanentemente vigiados – foi sendo mais e mais acentuada.

Em abril de 2009 a *BBC* anunciava que «as empresas de comunicação estão sendo solicitadas a gravar todos os contatos entre pessoas feitos na Internet, como parte de uma modernização das táticas de vigilância da polícia britânica. O novo sistema identifica todos os emails, chamadas

telefônicas e uso de Internet, incluindo visitas a *social networks*».

Por outro lado, a obsessão pelo controle e vigilância alcançou a produção e disseminação de vírus digitais, gerando a expressão *Trojan do Governo* para indicar vírus espiões criados por autoridades governamentais de forma a controlar a vida fiscal dos cidadãos.

O governo da China foi então considerado líder mundial na produção de tal tipo de vírus, de acordo com estudos realizados em 2008. Mas, também era geralmente aceite que outros países, também localizados na Europa, faziam o mesmo.

Segundo a empresa de segurança digital *Sophos*, de acordo com estudos de 2007, cerca de 55% dos sites chineses eram verdadeiras fontes de vírus digitais.

Nils Magnus, escrevendo para a *Linux Magazine* em janeiro de 2008 descrevia a terrível







revista científica *Science* ter dedicado parte da sua edição de maio de 2009 a uma análise sobre o impacto de contaminações de vírus em telefones celulares. Se a contaminação ocorresse através de *Bluetooth* ela teria uma configuração semelhante àquela que acontece com a gripe; mas se acontecesse através de *MMS, Multimedia Messaging Service*, ela seria quase instantânea.

Curiosamente, na mesma edição da *Science* havia um artigo sobre falsificações de produtos para uso científico feitos na China, outro sobre uma epidemia de plágios de artigos científicos na Internet e, finalmente, um interessante artigo sobre a crescente dificuldade de se estabelecer dados demográficos com relativa precisão, devido à grande mobilidade populacional.

Era como se, num quadro de mudanças estruturais, de verdadeira mutação civilizacional, uma *ciberguerra* sem quartéis, espécie de guerra civil, desta vez virtual, estivesse acontecendo.

Paralelamente à rápida emergência de um estado de guerra sem corpos – aliada a um aumento da violência física em termos planetários – aconteceu uma rápida intensificação dos mecanismos de controle e vigilância tomando todas as pessoas como potenciais criminosos.

No início do século XXI, vários países do mundo – como Bélgica, Brasil, Alemanha, Portugal, Espanha ou Luxemburgo entre vários outros – é legalmente proibido sair de casa e caminhar pelas ruas sem portar um documento de identidade. O mais bizarro é que a grande maioria das pessoas considerava isso como algo perfeitamente normal.

Em julho de 2008, o governo português aprovou – com votos contrários de todos os partidos da oposição e durante o período de férias – uma lei obrigando a implantação, em todos os automóveis no país, de um *chip GPS* que permite o controle em tempo real dos movimentos dos cidadãos.

De acordo com o jornal português Público, «o *chip*, ou dispositivo eletrônico das placas dos automóveis, pretende facilitar o trabalho das forças de segurança, que terão acesso à informação sobre a inspeção periódica e o seguro obrigatório. O *chip* vai permitir, igualmente, o reconhecimento de veículos acidentados e abandonados, além de poder vir a ser utilizado de forma integrada na cobrança de pedágios e outras taxas rodoviárias. As despesas com a compra e instalação do *chip* ficam a cargo do condutor».

Com aquele *chip*, imposto por lei, os deslocamentos dos cidadãos portugueses serão controlados em tempo real! Quando a bizarra e autoritária decisão governamental foi anunciada, não aconteceram protestos públicos nas ruas. As pessoas estavam entorpecidas.

E o mesmo aconteceu, também em Portugal, com a introdução do chamado Cartão do Cidadão – na verdade, uma carteira de identidade que reúne

num *chip* incorporado uma grande quantidade de informações que podem ser controladas pelas autoridades. Ao contrário do que acontecia com a antiga carteira de identidade, o Cartão do Cidadão é pago separadamente pelo seu detentor, será o único documento de identidade válido e dura apenas cinco anos, revelando-se numa nova fonte de renda para o Estado.

Teme-se que em pouco tempo ao chip, renovado a cada cinco anos, será incorporado um localizador GPS, tornando possível o controle e a vigilância de cada cidadão em tempo real.

Não houve protestos à sua aplicação, nem mesmo questionamentos acerca da sua constitucionalidade!

No Brasil, a carteira de identidade só foi regulamentada em 1969, em plena ditadura militar. Em 2009, quarenta anos mais tarde, o país instituía o *RIC – Registro Único de Identificação Civil*, de fato um *smart card* de identidade com

um *chip*, reunindo as mais diversas informações sobre o seu possuidor, para permanente controle e vigilância, de uso obrigatório, sem que a pessoa tenha qualquer direito de o recusar.

A mesma exigência, entre tantos outros países no início do século XXI, era feita pela Suécia, onde todo o sistema de identificação e controle era centralizado no *Skatteverket*, que é o departamento fiscal do Estado. Todos controlados pelo dinheiro.

A recusa no uso desses cartões coloca imediatamente a pessoa numa situação de ilegalidade e, portanto sujeito à prisão!

Em 1952, o governo britânico tentou tornar definitiva a obrigatoriedade das carteiras de identidade criadas como instrumento contra espionagem na Segunda Guerra Mundial. Houve uma forte reação popular e as carteiras de identidade foram destruídas em grandes fogueiras em todo o país. Um dos juizes que apresentou

as mais contundentes justificativas contra o seu uso argumentou que as carteiras de identidade tornavam automaticamente cidadãos em suspeitos e os mais distraídos em criminosos.

Apenas cinquenta anos mais tarde, sem contar com grande resistência, governos de todo o mundo – incluindo o britânico ou o americano – algumas vezes sob o disfarce de se tratar de emissão de outros documentos como a carteira de motorista, estabeleceu a definitiva obrigatoriedade das carteiras de identidade, tornando todas as pessoas em suspeitos e potenciais criminosos.

Na primeira década do século XXI, era impressionante verificar a ausência de reação de muitas pessoas diante da implantação coerciva de sistemas de permanente controle e vigilância, tais como a carteira de identidade. Para a maior parte das pessoas, trava-se de algo normal, sinal dos tempos e um benefício contra criminosos e terroristas. Elas não tinham consciência do terrível risco que colocavam a si mesmas e a todos: de que







pelo *Patriotic Act* qualquer pessoa no mundo pode estar sujeita a ser perseguida pelas autoridades americanas quando computadores dentro ou fora dos Estados Unidos são atacados.

Essa condição abre um precedente aterrorizador colocando em causa o *Tratado de Westphalia*, criado em 1648, segundo o qual a soberania de um Estado é determinada pela sua integridade territorial, pela inviolabilidade das suas fronteiras e pela supremacia do Estado.

Considerando que até mesmo governos, como os da Alemanha ou da China, oficializaram o uso de *hackers* no sentido de estabelecer uma espionagem ativa no ciberespaço, a rigor o *Patriotic Act* conduziria, inevitavelmente, a conflitos com aqueles países, entre muitos outros.

Em 2002, através das Nações Unidas, mas naturalmente com o pleno acordo de todos os governos, as medidas estabelecidas pelo *Patriotic Act* foram imediatamente alargadas a praticamente

todo o mundo.

Thierry Meysan, autor do perturbador livro *11 septembre 2001, L'effroyable imposture*, publicado no início de 2002, escrevia: «No Reino Unido, a lei antiterrorista autoriza a detenção de suspeitos estrangeiros sem que haja nenhuma instrução, em violação à Convenção Européia dos Direitos Humanos. No Canadá, a lei antiterrorista obriga os jornalistas a entregar as suas fontes de informação, sob requisição de um magistrado, sob pena de encarceramento imediato. Na Alemanha, aos serviços de Inteligência foram atribuídos poderes de polícia judicial, para se transformarem em polícia política. Em Itália, os serviços secretos estão autorizados a cometer todo o tipo de delito no território nacional, se for no interesse da Defesa Nacional, sem necessidade de prestar contas com a Justiça...».

Naquele mesmo ano, a administração americana procurou dar início à chamada Operação *TIPS—Terrorism Information and Prevention System*,

que visava transformar milhares de funcionários públicos e milhões de pessoas em permanentes informadores do Estado. O próprio governo Americano anunciava o controverso programa dizendo que TIPS «será um programa nacional que dará aos milhões de motoristas de caminhões, carteiros, condutores de trem, capitães de navios, empregados em geral, entre outros americanos uma via formal de delatar suspeitas de atividade terrorista».

Depois de uma grande quantidade de denúncias, iniciadas pelo jornal *Washington Post*, comparando os métodos da Operação TIPS com os da polícia secreta da Alemanha Oriental *Stasi*, o governo americano se viu obrigado a cancelar o programa.

Em 2003, foi anunciado que a Rússia estava recriando uma rede de espões entre pessoas vizinhas – recurso largamente utilizado pela KGB durante o período soviético.

A nova figura de um Estado inchado, super poderoso e com pouca ou nenhuma credibilidade, acabou por o revelar não apenas como uma espécie de barreira face às antigas aspirações de uma cada vez mais reduzida classe média, mas também fazendo emergir uma bizarra condição do *Estado contra a Nação*.

O mesmo passou a acontecer com as empresas. Na Europa foi estabelecida a *nota fiscal eletrônica* e o *EDI Intercâmbio Eletrônico de Dados*, na busca de mais arrecadação e controle total das empresas. O Brasil também estabeleceu rapidamente a nota fiscal eletrônica, permitindo ao governo a possibilidade de controlar em tempo real a administração das empresas!

No Brasil, em dezembro de 2009, o governo anunciava que as empresas consideradas como *sistemáticas devedoras* de impostos passariam a contar com a presença diária de um auditor do governo dentro das suas instalações, como instrumento *preventivo* contra a sonegação



grande parte dos jornalistas em todo o mundo!

Ameaças veladas, um pouco por todo o mundo, muitas vezes na forma de avisos por parte de autoridades fiscais, passaram a constituir um quadro de censura disfarçada.

Países como a China ou como o Iran, entretanto, não necessitavam de subterfúgios para acobertar atos de censura. Na terça-feira, dia dois de junho de 2009, um dia antes dos vinte anos do massacre perpetrado pelas autoridades chinesas em Tiananmen, o governo chinês bloqueou o *Twitter*, o *Flickr*, servidores de *blogues* e até mesmo o *Hotmail*. A censura já tinha começado semanas antes, com o bloqueio do *Blogspot*, da *Wordpress* e até do *Youtube*. Mais de seis mil *sites* de universidades foram igualmente bloqueados, impedindo qualquer discussão sobre o que tinha acontecido vinte anos antes.

No final de 2005, atendendo a uma ordem de censura do governo chinês, a *Microsoft* apagou



o *blog* do ativista e jornalista Zhao Jing, também conhecido como Michael Anti. Mas, o blog do jovem jornalista, nascido em 1975, não estava na China e sim em servidores localizados nos Estados Unidos! Assim, a *Microsoft* obedeceu às ordens do governo chinês impondo uma censura em solo americano!

Em junho de 2009, o Iran tinha estabelecido uma forte censura em todo o país, para controlar as ondas de protesto contra a fraude eleitoral que suportou o então primeiro ministro Mahmoud Ahmadinejad no poder. Com a imprensa totalmente controlada pelas forças governamentais, formou-se uma comunidade virtual anônima, contra a qual, paradoxalmente, apenas a paralisia do próprio Estado poderia fazer frente.

Dois meses antes, Mohammad Hossein Safar, Ministro da Cultura do Iran, fizera uma declaração sem precedentes: «Isto é o que nós pedimos aos editores e escritores: vocês estão conscientes do código de veto, assim censurem as páginas que

possam criar uma disputa» - obrigando a uma auto-censura.

No dia dezoito de junho de 2009, a maior parte dos maiores jornais da Grã-Bretanha apresentava as suas primeiras páginas com grandes faixas pretas em protesto contra as pressões governamentais, classificadas como verdadeiros atos de censura, contra a liberdade de informação.

No dia trinta e um de julho de 2009, o jornal brasileiro O Estado de São Paulo – um dos mais importantes jornais em todo o mundo – foi submetido a censura por ter denunciado milhares de atos de corrupção possivelmente realizados pelo senador e antigo presidente da República José Sarney. Nada aconteceu com o antigo político, que contava com o apoio irrestrito do presidente Lula da Silva, e o jornal continuou sob censura!

A realidade da Sociedade *Low Power* no início do século XXI, submersa num narcotizante processo de consumo contínuo, emergia em forte

contraste com as idéias da sociedade mecânica e literária do século XIX. John Stuart Mill, na defesa da liberdade, sublinhava, no seu famoso texto de 1859 que o «terreno da liberdade humana abrange, em primeiro lugar, o domínio íntimo da consciência e exige liberdade ou consciência, no seu sentido mais abrangente; liberdade de pensamento e de sentimentos; liberdade absoluta de opinião e de sentimentos a respeito de todos os assuntos, práticos ou especulativos, científicos, morais ou teológicos. (...) Em segundo lugar, o princípio requer liberdade de gostos e de interesses; a adequação do plano da nossa vida à nossa personalidade... Em terceiro lugar, a esta liberdade de cada indivíduo se segue a liberdade, dentro dos mesmos limites, de associação entre indivíduos... Nenhuma sociedade em que estas liberdades não são, no seu todo, respeitadas, é livre, qualquer que seja a sua forma de governo; e nenhuma é completamente livre se elas não forem absolutas e ilimitadas».

Mas, como se pode falar em domínio íntimo

da consciência se ela não é mais de natureza literária, se não mais está associada ao papel e se transformou em luz, adquirindo uma natureza efêmera e volátil? Como falar de liberdade de gostos e de interesses numa cultura da massificação a preços baixos e qualidade aparentemente elevada?

Gradualmente, a figura do Estado foi se tornando numa entidade aristocrática e ditatorial – sem um ditador específico, sem um príncipe único, mas com centenas e até milhares de pequenos príncipes e pequenos ditadores.

Naturalmente, em torno dessa nova aristocracia burocrática foi se juntando aquilo a que Karl Marx chamava de *lumpenproletariat*, primeiramente descrito na *Ideologia Alemã*, de 1845, e depois no brilhante *18 Brumário de Luís Napoleão*.

Em 1950 haviam menos de cem empresas com sede em Washington DC. Nos anos 1990,

aquele número saltou para mais de quinhentas companhias, empregando mais de sessenta e um mil *lobistas*. Em 2005, haviam mais de dez mil *lobistas* trabalhando em Bruxelas.

Parelamente a esse dramático aumento de lobistas em todo o mundo – isto é, aumento de pessoas capazes de penetrar e manipular os segredos de Estado de forma a retirar benefícios pessoais ou corporativos dessa informação – tudo passou a se tornar secreto, nas seus mais diversos desígnios.

Tudo no Estado se tornando, de alguma forma, secreto, fez com que ele se transformasse numa entidade estranha ao indivíduo, que perdeu a sua antiga condição de cidadania.

Sempre genial e tantas vezes profético, H. G. Wells seria revelador na sua história de ficção científica, escrita em 1907 e publicada no ano seguinte, intitulada *The War in the Air*, sobre uma guerra mundial e ataques aéreos contra a cidade

de Nova York: «Historicamente, um dos fatos mais espantosos sobre essa guerra, e que elucida a completa separação entre os métodos da guerra e da democracia, era o efetivo secretismo de Washington».

O secretismo de Estado, tomando todos os indivíduos como seus potenciais inimigos, é reforçado pelas estratégias de terrorismo fiscal e de inadimplência por parte das administrações públicas.

Muitas vezes, em muitos países, senão na sua maioria, aumentaram dramaticamente os casos de inadimplência do Estado face ao cidadão. Praticamente todos os Estados passaram a determinar, nos casos de julgamentos contra si, a obrigatoriedade de recurso até às últimas instâncias, condenando *a priori* os cidadãos mais pobres e, principalmente, os da classe média – objeto mais frequente dessas ações – pela falta de capacidade de resistir durante longos períodos de tempo. Em muitas ocasiões, em diversos países,



Em vários países, a única solução para receber um pagamento do Estado passou a ser a corrupção.

O antigo princípio da reciprocidade entre Estado e Nação praticamente terminou. Se um cidadão comum não pagasse os impostos que lhe eram cobrados, seguramente iria para a prisão. Mas, nada aconteceria se o Estado não pagasse as suas dívidas, como passou a ser cada vez mais frequente a partir dos últimos anos do século XX. Mesmo se em alguns Estados o direito à defesa face às autoridades estivesse assegurado pelos tribunais, as perdas do cidadão em tempo e outros, nunca seriam pagos. Perdas que muitas vezes comprometiam o trabalho ao longo de toda uma vida. Da mesma forma, geralmente nada acontecia a políticos corruptos ou importantes funcionários públicos envolvidos em atos ilícitos.

Segundo os princípios que caracterizaram o universo da classe média, o dinheiro acumulado após o pagamento de impostos era uma questão





Mesmo na Suíça, quando evidências de crime surgem, o sigilo bancário é automaticamente suspenso através de autorização judicial.

Com o fim do sigilo bancário sem autorização judicial, seguindo apenas critérios burocráticos e políticos, em diversos países, delações entre cidadãos – tal como era comum na Idade Média – foram sendo gradualmente incentivadas como meio de amplificação do controle pelos Estados.

Nos primeiros anos do século XXI, a Suíça passou a sofrer todo o tipo de ataques, muitos com o único objetivo de descredibilizar aquela que ainda era, seguramente, a única democracia do mundo, numa campanha feroz visando terminar com o seu sistema bancário e estabelecer o padrão da burocracia aristocrática internacional.

Mas, esse crescente conflito de Estados contra Nações também apresentava as suas flagrantes contradições. Se, de fato, o Estado policial

para o qual o terrorismo fiscal se tornou vulgar instrumento de realização de receitas – das multas de automóveis às perseguições a sobreviventes da classe média não raro classificados de *ricos* como recurso de propaganda – também é verdade o surgimento de um poderoso envolvimento simbiótico, por vezes promíscuo, entre grandes empresas e Estado, chegando a situações onde era evidente o domínio daquelas e a submissão deste.

Como afirmava Galbraith, ainda em 1979, «o Estado é um cliente importante. É ele que fornece os aeroportos, auto-estradas, canais de televisão, redes de telefonia, os comandos armados, assim como a ajuda financeira sem a qual aqueles objetos não poderiam ser produzidos nem vendidos. É dele, ainda, que emana uma rede mais e mais fechada de regulação e de restrições que afetam a venda e o uso dos produtos. Assim, a indústria de transformação deverá ter relações íntimas de dependência, de simbiose e por vezes de corrupção com o Estado moderno».

Nos trinta anos que se seguiram, houve um movimento generalizado de privatização das auto-estradas, canais de televisão, unidades de produção de energia e redes de telefonia. Mas, esse parece ter sido um acontecimento superficial, que deu aos Estados, cada vez maiores, a possibilidade de uma rápida mas extremamente frágil e provisória entrada de capital.

Se por um lado, as grandes empresas privadas continuavam a ter integradas nos seus quadros funcionários ou ex-funcionários dos respectivos Estados, políticos de toda a natureza – evidenciando um novo tipo de promiscuidade, ainda mais profundo e livre dos antigos pudores – por outro lado, a contínua ampliação da burocracia exigiria um crescente aumento de receitas, através dos impostos.

Mas, o princípio da *democracia* exige que os centros de poder econômico sejam independentes da autoridade política, como defende Robert Reich.

Para ele, gradualmente, o mundo mergulhou numa era do que chamou de *supercapitalismo* a partir dos anos 1970, com uma dramática degeneração dos antigos valores da democracia.

Três elementos essenciais designavam a compreensão clássica dos sistemas econômicos do século XIX: a soberania espontânea do consumidor, a soberania suprema do eleitor, e a submissão das empresas às leis do mercado.

Com a sociedade *low cost*, o consumidor individual simplesmente deixa de ter importância. O que passa a valer são os grandes números, os dados estatísticos. Por outro lado, a oferta passou a possuir uma tal diversidade que o consumidor se adaptou rapidamente aos movimentos das modas, transitando de setor a setor, entre diferentes fornecedores. A soberania do consumidor morreu com o fim do direito à reclamação, ao protesto, que simplesmente deixa de fazer qualquer sentido.

Mesmo aquilo a que Galbraith chamou de



do século XXI, a Europa, os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá e o Japão entre outros países não forneciam a autorização necessária até mesmo para uma visita turística quando se tratava de pessoas pobres. O direito de migração livre foi virtualmente eliminado, e com ele também um dos pilares dos direitos civis: o direito de ir e vir.

Em 1999, o governo holandês adotou um decreto lei, que se chamou *Lei sobre os Sem Documentos*, ou *Wet Ongedocumenteerden*, que tornava possível a imediata detenção e deportação de qualquer aspirante a asilo político que não possuísse um passaporte. Uma pessoa que está em fuga do seu país raramente tem acesso à documentação fornecida por aquele país – o que equivale, em termos objetivos, a uma eliminação até mesmo ao direito de asilo político.

Na prática, leis e infundáveis trâmites burocráticos vetavam, na maior parte dos países no início do século XXI, o direito à migração a centenas de milhões de pessoas, contrariando

o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que diz: «Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado».

Outro direito civil fundamental, o direito à privacidade, praticamente acabou.

Se, por um lado, os sistemas democráticos – provavelmente tendo a Suíça como única exceção – eram dominados por uma nova classe aristocrática, controlada por grandes companhias e partidos burocráticos, fazia emergir uma realidade onde a validade do voto era praticamente eliminada; por outro lado, um planeta fortemente globalizado também não permitia o efetivo direito ao voto. Os Estados Unidos exerciam uma tremenda influência em muitos outros países, mas aos estrangeiros não era permitido o direito de voto – o mesmo pode ser dito sobre a França, a Inglaterra, a China, o Brasil e assim por diante – eliminando o direito político.



Finalmente, com a transferência do controle dos cuidados de saúde e das escolas do Estado para empresas privadas, os direitos sociais à educação e à saúde passaram gradualmente a ser exclusivos para quem podia pagar por eles – desintegrando o direito social.

Com o fim daqueles três direitos – civil, político e social – também temos o fim do moderno sentido de cidadania. As pessoas passaram a ser indivíduos sem cidadania!

Mas, não se tornaram, por isso, mais livres. Todos passaram a estar submetidos a um controle e vigilância permanentes.

Um mundo no qual a figura de Ret Marut seria literalmente impossível. Marut – que tem sido comparado a Henry David Thoreau – nasceu no século XIX, mas nunca se soube quem ele realmente era ou até mesmo o seu nome verdadeiro. Entre as suas diversas identidades se encontram B. Traven, Hal Croves, Traven Torsvan, Artum, Fred Mareth,

Albert Otto Max, Otto Feige e Anton Räderscheidt entre muitos outros. Terá sido escritor, ator, fotógrafo, agente literário, explorador e agricultor entre outras profissões. Especulações sugeriram que ele terá sido, na verdade, Jack London, um milionário americano, um antigo escravo negro, um leproso, o presidente do México Adolfo López Mateos, a sua irmã, o presidente do México Elias Calles, diretor de uma editora de livros Alemã e Arthur Breisky entre outros.

Num dos seus textos, Marut dizia: «agora eu sei que a minha pátria está classificada em dossiês, eu a vi sob as espécies de funcionários hábeis em apagar em mim os últimos traços de patriotismo. Onde, então, está a minha pátria? A minha pátria é sempre onde estou, onde ninguém me perturba, onde ninguém me pergunta quem sou eu, de onde venho ou o que eu faço».

Um dos seus livros mais famosos, *O Tesouro de Sierra Madre*, foi filmado por John Houston em 1948.

B. Traven ou Ret Marut não poderiam acontecer no princípio do século XXI, onde tudo passou a ser rigidamente controlado por uma micro burocracia tentacular.

Num dos seus manifestos, datado de 1919, Ret Marut escrevia: «Não posso pertencer a qualquer partido político, porque eu vejo nisso uma limitação à minha liberdade pessoal, porque me conformar a um programa de partido me impede a possibilidade de evoluir para aquilo que considero o mais elevado e nobre objetivo na Terra: ter o direito a ser um ser humano!».

A Sociedade *Low Power* praticamente elimina, na realidade, os partidos políticos, transformando-os em acéfalos departamentos burocráticos de revezamento. Por outro lado, estabelece um elemento comum a todos, como um imenso partido único: o consumo contínuo.

O capitalismo gera grandes médias – e isso

funcionou bem para a produção dos mais diversos artefatos. Mas, a saúde, a educação, a cultura e a arte não funcionam em “médias”. Quando a média alcança a cultura temos *mediocridade* e a arte simplesmente deixa de existir.

Desde o final do século XX, muitas pessoas passaram a identificar o fim da cidadania com o chamado *neoliberalismo* – especialmente na Europa – para referir a um novo liberalismo ou, em outras palavras, às idéias defendidas por Adam Smith e David Ricardo agora tomadas como valores universais.

Mas, de fato, o que começou a acontecer no início do século XXI foi algo completamente novo: Estados quase desintegrados, completamente controlados por grandes corporações; aqueles grandes conglomerados empresariais espalhados pelo planeta, agora sem clara referência a um país ou a uma cultura específica; a figura do Estado contra a Nação; o fim da cidadania; o fim da classe média; o super controle e a super vigilância entre

um incontável número de novos elementos que passaram a constituir uma nova sociedade.

Até então, tudo o que caracterizou as aspirações de praticamente todas as sociedades no mundo, em todos os tempos, foi forjado pela necessidade, pela escassez de recursos. Como argumentava Galbraith, é a necessidade que faz com que tenhamos idéias claras.

Nos últimos anos do século XX a expansão da riqueza mundial foi um fenômeno avassalador. E, ainda que essa formidável expansão estabelecesse pequenos núcleos de extrema concentração, aumentando exponencialmente a assimetria social, houve uma distribuição de riqueza em baixa intensidade e em escala planetária através de todo o tipo de artefatos – caracterizando a sociedade *low power*.

*O hiperconsumo num planeta hiperurbano* eliminou a clareza de aspirações que antes designava a antiga classe média.

Em termos políticos, a nova sociedade do prazer no consumo, do não protesto, da não reclamação, desenhada pelo domínio das grandes empresas sobre os Estados, e principalmente sobre a classe política, salvo raras exceções, pouco passou a importar quem era eleito.

Os chamados representantes do povo passaram a ser espécies de interfaces entre flutuações do mercado e zonas de grandes interesses econômicos, praticamente nada significando ao cidadão comum, estranhos à realidade das pessoas.

Tudo passou a ser designado por massas de dados estatísticos com baixo impacto nas vidas pessoais.

Assim, o desenho das políticas nacionais passou a ser ditado por tendências de mercado com o objetivo de manter o desemprego e a inflação em níveis aceitáveis.



mas praticamente sem qualquer papel político – o que estabeleceu um padrão de identidade com as gigantescas massas de consumidores dos outros países e que passou a ser ilustrado pelo turismo de massas.

Calculava-se que, em 2020, cerca de 20% da população mundial seria de turistas em alguma época do ano!

Apenas nos Estados Unidos haverão cerca de setecentos e cinquenta milhões de passageiros em cerca de sete milhões e quinhentos mil vôos anuais.

Em 2005, na França, mais de duzentos e cinquenta parques de diversões atraíam cerca de setenta milhões de pessoas por ano, o equivalente a um país maior que a própria França! Naquele mesmo ano, apenas a *Euro Disney* passou a contar com mais de doze milhões de visitantes por ano, equivalente a um país como a Grécia!



Vários grupos de ecologistas passaram a defender a transformação de uma sociedade *low power* que, embora num caráter distributivo, implica um crescente consumo energético, numa sociedade *low energy*, ainda mais controlada, mais regulada, desenhada por instrumentos de punição que obrigassem as pessoas a regredir nos índices de consumo de energia.

Naturalmente, o grande e crescente consumo energético produzido pela sociedade *low power* não aconteceu em termos absolutos de concentração, isto é, em termos de grandes *voltagens*.

As primeiras baterias modernas foram inventadas por Alexandre Volta no ano de 1800. Boa parte do crescimento de uso energético do início do século XXI estava no uso de baterias de baixa tensão elétrica. Esse uso apontava para um aumento anual de mais de 6% em 2006.

Nesse contexto de crescente aumento de

consumo energético e simultânea *miniaturização* da sua distribuição, muitas vezes referimos apenas as empresas *low cost* que conheceram grande sucesso a partir dos anos 2000, tais como a *Skype*, a *Ikea*, a *Zara*, o *Google*, a *Ryanair*, a *easyJet* ou a *Wal-Mart* esquecendo algumas das pioneiras – tais como a *Microsoft*, a *Apple Macintosh* e a *IBM* que foram responsáveis pela emergência do *computador pessoal*; a cadeia de restaurantes de comida *low cost McDonald's*, responsável pelo *fast-food*; a *Coca Cola*, com o seu *fast-drink*; ou a *BIC* com as suas populares canetas *low cost* que tiveram um sucesso planetário a partir dos anos 1960.

Da mesma forma que o surgimento do automóvel redesenhou a família, tornando possível a sua expansão geográfica, as relações humanas não ficaram imunes ao aparecimento de novas tecnologias da informação.

Os novos meios de telecomunicação interativa *low cost* em *tempo real*, como o

*Skype*, o *Messenger* ou simplesmente *MSN* entre outros, fizeram com que muitos grupos de jovens passassem várias horas, todos os dias, fechados nos seus quartos mas conectados com outros jovens, como se estivessem em grupo, formando um forte comportamento gregário à distância, virtual.

Ainda, a gigantesca avalanche de *compact discs*, mais tarde quase extintos pela música comprimida em *MP3*, filmes gravados em *DVDs*, o fabuloso universo da Internet com o *YouTube*, o *Hi5*, o *MySpace*, o *FaceBook*, o *Second Life*, *EverQuest*, *flickr*, *43 Things*, *Technorati*, *del.icio.us*, os *blogs* e o *MSN*, para além de incontáveis *sites* com música, fotografia, filmes, textos, livros e jogos, absorveu uma grande quantidade de tempo que antes era dedicado à família e aos amigos num contato físico e direto.

Na passagem do terceiro milênio surgiram os *MMORPG* – *jogos de função online para multijogadores de massa*: jogos dinâmicos, envolvendo pessoas em todo o mundo, que

acontecem em espaços virtuais. Segundo Edward Castronova a média de utilizadores desses jogos em 2005 os utilizava regularmente durante cerca de trinta horas por semana, com tendência a aumentar. Na França, em 2008, a lei determinava um máximo de trinta e cinco horas de jornada de trabalho por semana, praticamente o mesmo tempo utilizado para jogos de imersão!

Mais de 20% dos utilizadores daqueles jogos em 2005 declaravam ser aquele o seu espaço “real”, o seu verdadeiro lugar de residência.

No final de 2006, apenas *MySpace* já contava com mais de cem milhões de utilizadores, somando mais de um milhão de novos usuários a cada semana!

Naquele ano já existiam *blogues* pessoais recebendo mais de quinhentos mil visitantes por dia, ultrapassando muitos antigos media com centenas de trabalhadores, como importantes jornais e revistas.

Em 1991, Linus Torvalds, então estudante na Universidade de Helsínquia, na Finlândia, começou a trabalhar numa plataforma digital que seria grátis para todos. A sua plataforma, chamada *Linux*, desenvolvida num processo colaborativo, tornou-se mundialmente famosa e acusada de ser contra os antigos princípios do capitalismo. Linus Torvalds respondeu dizendo que «nós não estamos baseados em sistemas fechados, nem em capital financeiro, nem em subsídios públicos, nem mesmo em sistemas de distribuição e nas vantagens de outras empresas privadas. Não é algo sobre socialismo, ao contrário é sobre mercado livre».

Não somente em termos de programas, o uso de novos equipamentos de interação em *tempo real* passou a constituir um universo revolucionário permanentemente presente.

Como diz Roy Ascott, «o que tanto a arte como as tecnologias de cibercultura são capazes de

mostrar é que há uma radical mudança em nosso relacionamento perceptivo com a realidade, onde a ênfase mudou da aparência para a aparição; isto é, da aparência visual e exterior das coisas para o interior e para os processos de atualização. Nessa cultura, nem o preciso estado da arte nem o seu *status* cultural podem ser alcançados ou definidos; tudo está num constante estado de transformação».

Segundo Rich Ling, sociólogo de Oslo, em 1997 apenas cerca de 3% das crianças norueguesas com menos de treze anos de idade eram possuidoras de telefone celular. Em novembro de 1999 esse percentual já era de 50%, e superava os 80% em 2001.

Em 2007, quase 90% dos adolescentes americanos declararam usar regularmente a Internet.

Os relatórios da *International Telecommunication Union* mostram que em 2004,

mais de 50% das crianças italianas entre os nove e os dez anos de idade já eram possuidoras de telefones celulares.

Naquele mesmo ano, outra pesquisa, também realizada pela *International Telecommunication Union*, desta vez na Grã Bretanha, mostrou que a perda do telefone celular era sentida por cerca de metade dos jovens como algo equivalente à morte de uma pessoa próxima a eles, conduzindo a um sentimento de luto. Para além disso, o relatório mostrava que «muitos têm medo de sair de casa sem o telefone celular, sentindo-se desconfortáveis quando outros examinam os seus menus ou mensagens». Esse mesmo relatório indicava, ainda, que a maior parte dos adolescentes tinha o hábito de trazer consigo o telefone celular, junto ao corpo, durante todo o tempo, onde quer que estivessem e, muitas vezes, mantinham os aparelhos cuidadosamente guardados sob os travesseiros nas camas ou imediatamente ao lado, quando dormiam.

Em Portugal, um país europeu que nos primeiros anos do século XXI ainda era classificado como atrasado, foi palco de vários graves conflitos em escolas públicas no ano de 2008, alguns implicando até mesmo agressão física entre alunos e professores, por aqueles se recusarem a desligar os aparelhos durante as aulas.

Naturalmente, não se trata aqui de estabelecer qualquer julgamento de valor. Se por um lado a gradual desintegração da família parece ser um inquestionável fato estatístico, por outro, as horas mergulhadas no universo virtual parecem revelar duas grandes vias – a do entretenimento contínuo que preenche grande parte daquele espectro, e das referências culturais de alto repertório. Uma e outra reforçam espirais positivas nos seus respectivos espectros.

No ano de 2001, na França, cada pessoa assistiu, em média, cerca de duas horas de filmes de cinema todas as semanas e quase uma hora por dia, em média, de filmes na televisão.



A pessoa que mergulha no mundo virtual várias horas por dia – seja em puro entretenimento, como acontece na maioria das vezes, seja em jogos de lógica ou elementos de alto repertório – estruturam-se de forma totalmente diferente daquelas que passavam o dia lendo livros ou brincando com amigos, como era comum acontecer até ao final do século XX.

Na sociedade *low power*, os indivíduos estão, simultaneamente, mais isolados e mais gregários. Nas casas, boa parte das crianças nas grandes cidades passou a ficar várias horas, todos os dias, fechada nos quartos em contato virtual com outras crianças, não raramente localizadas em diversas partes do mundo.

O psiquiatra Cort Pedersen, da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, sugeria no seu *paper Biological Aspects of Social Bonding and the Roots of Human Violence*, de 2004, que muito da violência humana poderia ser compreendido por fatores bioquímicos cerebrais, que seriam intensificados pelo isolamento entre pais e filhos.

Segundo ele, a violência seria produzida não apenas pela falta de identidade, mas também por determinados fatores bioquímicos neuronais gerados pelo isolamento.

Como defendeu o jornalista e especialista na história da China Orville Schell em 2001, durante um debate na Universidade da Califórnia, o aparecimento do *fast-food* alterou os antigos hábitos da família, praticamente eliminando, em muitos casos, a realização das tradicionais refeições em casa.

Os antigos almoços e festas das famílias, que reuniam dezenas de pessoas até aos anos 1960, foram sendo gradualmente eliminados.

Para se ter uma idéia da dinâmica dessas transformações, apenas na Austrália cerca de 14% das famílias, no ano de 2003, já eram monoparentais; e 31% das crianças nascidas em 2001 eram filhos de mães solteiras.

Na Grã Bretanha, em 2005, haviam cerca de dois milhões de famílias monoparentais, com mais de três milhões de crianças, representando cerca de 25% das jovens famílias inglesas.

Em 2003, na Suécia, um estudo demonstrou que as pessoas que tinham crescido no seio de uma família monoparental tinham três vezes mais tendências ao suicídio que as pessoas nascidas e criadas em famílias que contavam com a presença do pai e da mãe.

Nos Estados Unidos, em 2007, aproximadamente 26% das pessoas com menos de vinte e um anos de idade cresceram em famílias monoparentais. Cerca de 84% dos responsáveis por essas famílias eram mulheres.

Esse fenômeno indica uma possível transição para uma sociedade de caráter cada vez mais acentuadamente matriarcal – as mulheres passaram a estar mais tempo junto aos filhos e passaram a ser, conseqüentemente, mais responsáveis pela educação.

Em termos gerais, o homem parece ser essencialmente mais abstrato e a mulher mais intuitiva, ele formalizado numa lógica social de concentração e ela da dispersão. Entretanto, mesmo as mulheres, que durante séculos sofreram as restrições de uma cultura da alta concentração, vêem as suas vidas mudarem radicalmente no sentido de uma lógica da dispersão – livres trabalhos, livre pensar, sexo livre.

Em termos biológicos, tudo parece se assemelhar às aparentes contradições entre jogos de *soma zero* e *soma não-zero*: os homens, desenhados por uma lógica da concentração em abstração, devem espalhar as suas ações; as mulheres, desenhadas por uma lógica da intuição e dispersão, têm a poderosa natureza da gestação.

Toda a noção sexual muda. Como referi em *Mundo da Perplexidade*, de 2006, ao contrário do erótico, a pornografia e o obsceno nascem com a literatura, como condição de fragmentação e especialização – figura destacada do fundo. Mas, no



Entre 1983 e 2003, em apenas vinte anos, o volume do mercado da pornografia terá aumentado, em termos mundiais, mais de sete vezes.

Segundo um estudo do *Instituto Forrester*, em 2004 metade dos americanos consultava sites pornográficos na Internet, com uma média de permanência de uma a dez horas por semana.

Na Europa, ainda em 2007, o *PhoneErotica* – serviço telefônico com gravações pornográficas – registrou mais de setenta e cinco milhões de chamadas por semana.

No ano de 2004 foram distribuídos mais de onze mil filmes pornográficos em todo o mundo, contra apenas cerca de três mil e quinhentas longas metragens convencionais.

Na Tailândia, em 2002, o jornal *The Nation* revelou que cerca de 71% dos jovens entre os doze e os vinte e cinco anos visitavam frequentemente sites pornográficos na Internet.



baixo preço num contexto de consumo contínuo – integra aquilo que na antiga sociedade da classe média eram consideradas as minorias sociais, tantas vezes repudiadas e reprimidas. Agora, são todos consumidores.

Rex Wockner, activista homossexual em São Francisco, dizia, numa reportagem realizada pela revista *Wired* numa edição de 1998, que «nos velhos tempos, o ativista A tinha de chamar o repórter B de um jornal C e esperar que o editor estivesse interessado. Aquela estratégia tomava habitualmente duas semanas para obter algum resultado e alcançava apenas os leitores dos jornais dedicados aos homossexuais. A rede mudou tudo isso. Agora, bastam dez minutos para alcançar milhões».

Mas, como se estivéssemos assistindo a um processo de dissipação, típico dos fluídos e da viscosidade, grupos de fundamentalistas religiosos e guetos de todas as espécies parecem ter se tornado mais e mais intensificados.



Os guetos passaram a estar presentes mesmo em cidades como Lausanne, na Suíça, que praticamente desconheciam esse fenômeno. Em Lisboa, há pontos da cidade onde “polícia não entra” – algo que era comum a grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Joanesburgo ou Moscow, mas que passou a ser ampliado para praticamente todo o lugar.

Manuel Aalbers, urbanista e sociólogo da Columbia University, começa o seu texto *The neglected evidence of housing market discrimination in the Netherlands*, de 2002, dizendo que nos «últimos sete anos a Holanda tem tido um grande número de relatórios sobre segregação étnica e residencial». Entre 1971 e 1997, o número de imigrantes na Holanda subiu de 1,6% para 9,4% da população, e «reais concentrações de minorias étnicas têm claramente aumentado». Uma preocupação que é igualmente considerada por muitos outros pesquisadores.

Nos primeiros anos do século XXI, um dos problemas que chamou a atenção dos responsáveis pelo sistema educacional na Holanda, país tradicionalmente multicultural, foi o aparecimento de um grande número de escolas exclusivas para grupos fechados, com uma filosofia francamente excludente – tal como estabelecimentos de ensino exclusivos para brancos, europeus ou muçulmanos, por exemplo.

Um fenômeno que não é exclusivo da Holanda. Em países tão diferentes como o México, Brasil, Argentina, França, Estados Unidos ou Portugal – num processo que é cada mais vez intensificado – existe uma clara divisão entre escolas para ricos e escolas para pobres.